

Artigo de investigação

# DISCREPÂNCIAS ENTRE A DEMOCRACIA IDEALIZADA E A DEMOCRACIA PERCECIONADA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

## Discrepancies between idealized democracy and perceived democracy: a comparative study between Portugal and Spain

**António Geraldo Manso Calha:** CARE - Centro de Investigação em Saúde e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal.

[antoniocalha@ippportalegre.pt](mailto:antoniocalha@ippportalegre.pt)

**Data de receção:** 17/06/2024

**Data de aceitação:** 22/10/2024

**Fecha de Publicación:** 05/11/2024

### Como citar o artigo:

Calha, A. (2024). Discrepâncias entre a democracia idealizada e a democracia percecionada: um estudo comparativo entre Portugal e Espanha [Discrepancies between idealized democracy and perceived democracy: a comparative study between Portugal and Spain]. *European Public & Social Innovation Review*, 9, 1-15. <https://doi.org/10.31637/epsir-2024-1635>

### Resumo:

**Introdução:** Existe uma perceção crescente de que a democracia nos países ocidentais enfrenta uma crise, caracterizada por uma erosão do seu apoio popular e pelo crescente sentimento de desconfiança nas instituições democráticas. A dificuldade no conhecimento das causas do fenómeno do recuo democrático é desde logo condicionada pela falta de consenso na definição do conceito de democracia, devido à sua complexidade e multidimensionalidade. **Metodologia:** Os dados utilizados na investigação provêm do European Social Survey (round 10: 2020-2022), incluindo uma amostra representativa da população de Portugal e Espanha. **Resultados:** Os resultados indicam uma discrepância significativa entre a imagem idealizada pelos cidadãos e a sua perceção da realidade democrática em Portugal e Espanha. As expectativas idealizadas são elevadas, refletindo aspirações de justiça social, igualdade e uma democracia participativa, enquanto as perceções reais são substancialmente mais baixas, sugerindo desilusão com a implementação prática desses ideais. **Discussão:** Os resultados são consonantes com a tendência registada, nos últimos anos, constituindo um contexto propício

para o crescimento de novos movimentos e partidos políticos que desafiam o *status quo* em ambos os países. **Conclusões:** Os resultados deste estudo podem constituir um contributo para a formulação de políticas públicas que reduzam as discrepâncias entre expectativas e realidade democrática.

**Palavras chave:** Democracia, Perceção Cidadã, Comparação Internacional, European Social Survey, Portugal, Espanha.

#### **Abstract:**

**Introduction:** There is a growing perception that democracy in Western countries is facing a crisis, characterized by an erosion of popular support and an increasing sense of distrust in democratic institutions. The difficulty in understanding the causes of the phenomenon of democratic backsliding is immediately conditioned by the lack of consensus on the definition of the concept of democracy due to its complexity and multidimensionality. **Methodology:** The data used in the research comes from the European Social Survey (round 10: 2020-2022), including a representative sample of the population of Portugal and Spain. **Results:** The results indicate a significant discrepancy between the idealized expectations of citizens and their perception of democratic reality in Portugal and Spain. The idealized scores are high, reflecting aspirations for social justice, equality, and participatory democracy, while the actual perceptions are substantially lower, suggesting disillusionment with the practical implementation of these ideals. **Discussion:** The results are consistent with the trend recorded in recent years, providing a conducive context for the growth of new movements and political parties that challenge the status quo in both countries. **Conclusions:** The results of this study have important implications for the formulation of public policies that reduce the discrepancies between expectations and democratic reality.

**Keywords:** Democracy, Citizen Perception, International Comparison, European Social Survey, Portugal, Spain.

## **1. Introdução**

Existe uma perceção crescente de que a democracia nos países ocidentais enfrenta uma crise, caracterizada por uma erosão do seu apoio popular e pelo crescente sentimento de desconfiança nas instituições democráticas. Esta crise é referida e discutida em diversas investigações, que apontam múltiplas causas e manifestações desse fenómeno (Dalton, 2004; Montero y Torcal, 2006; Diamond, 2015; Fukuyama, 2022; Moreira, 2023). Embora a discussão em torno da saúde da democracia seja um debate antigo e recorrente na ciência política, nos últimos anos parecem emergir novos motivos de preocupação. Mudanças nas orientações dos cidadãos em relação ao estado democrático são evidentes em muitas das democracias ocidentais, indiciando o surgimento de um padrão de alteração na relação entre os cidadãos, o estado e a governação. Como destaca Dalton (2004), a desconfiança sobre parlamentos, governos e partidos políticos tem crescido continuamente desde as décadas de 1960 e 1970, exacerbada por uma série de escândalos e crises políticas, que geram um descontentamento generalizado. Este descontentamento resulta num declínio da filiação partidária, com um número crescente de eleitores a identificarem-se como independentes ou apoiando partidos minoritários e movimentos populistas (Dalton, 2004).

A dificuldade em perceber cabalmente as causas do fenómeno do recuo democrático é desde logo condicionada pela falta de consenso na definição do conceito de democracia, devido à sua complexidade e multidimensionalidade. Como salienta Pinto (2021) a centralidade da democracia emergiu movida pelo seu contraste com a ditadura, assumida como o seu contrário. Nas características distintivas dos dois regimes, as eleições livres constituem o

elemento diferenciador mais saliente. No entanto, a qualidade de uma democracia não é aferida apenas pela existência de eleições livres. É possível encontrar uma multiplicidade de critérios de avaliação democrática como sejam os destacados por Maduro y Botelho (2021): subordinação do Estado ao direito; soberania popular; pluralismo político; sufrágio universal; eleições livres e periódicas; proteção de direitos e liberdades fundamentais; separação de poderes; regra da maioria, com a concomitante proteção das minorias..

Apesar destas características bem delineadas, não há consenso sobre o conceito de democracia. A ausência de um acordo universal sobre o que constitui uma democracia reflete-se na variedade de modelos e teorias que tentam capturar a essência desse regime político (König et al., 2022). A dificuldade deriva da natureza intrinsecamente complexa e multifacetada do conceito que inclui diferentes dimensões que contemplam desde ideais liberais (no sentido amplo da ênfase nas componentes eleitorais e procedimentais, bem como nas liberdades civis), ideais de proteção social dos cidadãos (no sentido da justiça redistributiva de rendimentos), ideais de poder popular (assente na ideia da vontade e soberania popular) ou ideais de participação direta (no sentido de estabelecimento de meios de exercício da influência na tomada de decisão política). No campo da produção científica a variedade de abordagens torna difícil integrar as evidências sobre as preferências dos cidadãos num quadro coerente, reduzindo a comparabilidade dos resultados empíricos e dificultando a produção de conhecimento cumulativo (König et al., 2022).

Ainda assim, apesar das diferentes formulações e pressupostos conceptuais, várias investigações têm revelado que, nas sociedades ocidentais, apesar de existir um apoio generalizado da opinião pública ao regime democráticos, há sinais de uma crescente fadiga e adesão mais superficial aos princípios democráticos, bem como um retrocesso democrático em vários países (König et al., 2022). As democracias ocidentais enfrentam, assim, um desafio profundo em restaurar a confiança e o apoio às suas instituições fundamentais, enquanto atravessam um ambiente político e social em rápida transformação. São vários os motivos apontados para esta situação, desde logo a transformação nos valores e prioridades dos cidadãos, influenciados por mudanças socioeconómicas e culturais. Os valores pós-materialistas, que priorizam a autoexpressão e a qualidade de vida, têm um efeito significativo na transformação da participação política. Esses valores influenciam a participação política de diferentes formas, incluindo o enfraquecimento dos vínculos com partidos políticos tradicionais, à medida que as pessoas preferem envolver-se em questões e causas específicas que têm significado para as suas vidas cotidianas (Henn et al., 2022). Consequentemente, surgem novas gerações de cidadãos que, ainda que críticos, se envolvem e participam politicamente de formas não necessariamente vinculadas a eleições ou partidos, preferindo outros modos diversificados de participação, como petições, boicotes, manifestações e participação online (Theocharis y Van Deth, 2017).

A globalização e o avanço das tecnologias da informação desempenham, neste particular, um papel crucial, alterando a forma como os cidadãos se informam e participam politicamente. Os *media* sociais, têm permitindo uma participação política mais individualizada e direta, ampliando o alcance e a diversidade da participação e, simultaneamente, acelerando a disseminação de informações (e desinformações), aumentando a polarização e a desconfiança nas instituições tradicionais. A disseminação das plataformas digitais no tecido da sociedade civil tem facilitado a mobilização transnacional e o envolvimento cívico de maneiras sem precedentes. Trata-se de uma dinâmica que não se limita apenas ao ativismo democrático e se estende aos movimentos antidemocráticos. Assim, enquanto a digitalização potencializa a ação cívica global, ela também desafia as normas democráticas tradicionais, sublinhando a necessidade de uma análise equilibrada dos efeitos positivos e negativos dos *media* digitais na vida política (Boulianne, 2020).

Também as crescentes desigualdades económicas e políticas têm impacto na perceção pública e na confiança nas instituições democráticas, contribuindo para a descredibilização do regime democrático. A concentração de recursos e de capacidade de influência reduz a participação política dos menos favorecidos e faz com que políticas públicas reflitam os interesses de elites com maiores recursos económicos (Lopez y Dubrow, 2020). Essa perceção de favoritismo sistémico mina a confiança nas instituições, levando à apatia política e à alienação cívica, e abre espaço para o crescimento de movimentos populistas que prometem mudanças radicais. A falta de políticas redistributivas eficazes, perpetuada pelo sentimento de dominação das elites, agrava a desconfiança pública, resultando numa menor participação eleitoral e envolvimento cívico.

É, pois, neste contexto de questionamento da democracia que se insere esta investigação que tem como objetivo comparar a importância que os cidadãos, portugueses e espanhóis, atribuem aos diferentes fundamentos da democracia e avaliar como percecionam a concretização desses fundamentos nos regimes dos seus países. Procura-se identificar as discrepâncias entre a democracia idealizada e a democracia percecionada pelos cidadãos e entender como estas variam geracionalmente e em função do género.

Tanto Portugal como Espanha constituem democracias modernas que emergiram de longos períodos de ditadura e se estabeleceram como democracias multipartidárias no último quartel do século XX. Em ambos os casos, a transição para a democracia envolveu a criação de novos sistemas políticos que asseguraram eleições livres, a proteção dos direitos humanos e a criação de constituições modernas promotoras da separação de poderes e do estado de direito. Existem, no entanto, diferenças entre o modelo português, republicando semipresidencialista de pendor parlamentar, e o modelo espanhol, de natureza monárquica parlamentar. Diferenciando-se, desde logo, pela forma como ocorreu a transição para a democracia e o modo como, em cada país, se lidou com o passado autoritário. Portugal celebrou a sua revolução inscrevendo-a de forma positiva na sua memória coletiva, enquanto a Espanha inicialmente silenciou o passado e só recentemente começou a confrontá-lo (Manucci, 2020). Em termos do bem-estar social, promovido durante o período democrático, a Espanha apresenta melhor desempenho nos indicadores de desenvolvimento e de igualdade socioeconómica (Reis, 2010). Mesmo no que se refere à relação entre a democracia e as formas de protesto e ação coletiva, sobressaem várias diferenças em termos das organizações de mobilização e do tipo de participantes, sendo Portugal marcado por acções de tipo mais tradicional e estruturada em torno de questões de classe, de trabalho e relacionadas com o ensino público, enquanto que em Espanha há maior presença dos novos movimentos sociais (Fernandes et al., 2021). Apesar das diferenças, o panorama político atual em ambos os países inclui tendências comuns como o surgimento de partidos populistas.

É neste contexto que nos parece importante analisar as perceções e atitudes dos cidadãos relativamente à democracia em Portugal e Espanha. Permitindo não apenas compreender as particularidades de cada país, mas também identificar as tendências comuns e divergências que possam contribuir para uma análise mais abrangente dos desafios e progressos no fortalecimento das democracias da Península Ibérica.

## 2. Metodologia

Nesta investigação foram utilizados os dados da 10<sup>a</sup> ronda do *European Social Survey* (ESS) (2020-2022), abrangendo uma amostra representativa da população de Portugal e de Espanha. O ESS é um projeto transnacional que recolhe periodicamente dados sobre atitudes, valores e comportamentos dos cidadãos europeus. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas presenciais e, devido às restrições da pandemia de COVID-19, também por

autopreenchimento (online e papel). A amostra foi selecionada com base num desenho amostral de probabilidade estratificada para assegurar a representatividade demográfica das populações dos países participantes. Para garantir a precisão das estimativas, os dados foram ponderados seguindo as recomendações do *European Social Survey* (European Social Survey European Research Infrastructure [ESS ERIC], 2023). O recurso à ponderação dos dados teve o propósito de corrigir eventuais possibilidades de enviesamentos originados por erros de amostragem e processos de seleção diferenciados dentro de cada país, além de considerar as diferenças na dimensão da população entre os países.

Para a análise foram utilizados os dados incluídos no questionário em diversas áreas temáticas, com foco particular nas questões que incidem sobre o modo como são idealizadas as características da democracia e a forma os inquiridos percecionam a concretização desses princípios no seu país. Além disso, várias variáveis sociodemográficas foram consideradas, incluindo o género e a idade, para contextualizar e aprofundar a análise. A análise estatística incluiu cálculos de médias, desvio-padrão, frequências e percentagens para todas as variáveis relevantes, fornecendo uma visão geral dos padrões de perceção da democracia na população dos dois países.

### 3. Resultados

A caracterização da amostra de Portugal e Espanha utilizada nesta investigação é apresentada na tabela 1, contemplando o sexo, grupo etário, qualificação escolar e principal fonte de rendimento do agregado familiar dos inquiridos.

**Tabela 1 - Caracterização da amostra**

	<b>Portugal</b> N. (%)	<b>Espanha</b> N. (%)
<b>Sexo</b>		
Homens	414 (46,5)	1.972 (48,6)
Mulheres	477 (53,5%)	2.088 (51,4%)
<b>Grupo etário</b>		
<25 anos	109 (12,2%)	537 (13,2%)
25-49 anos	323 (36,3%)	1.508 (37,1%)
50-64 anos	239 (26,8%)	1.110 (27,3%)
>64 anos	220 (24,7%)	909 (22,4%)
<b>Qualificação escolar<sup>1</sup></b>		
ISCED I	308 (34,6%)	860 (21,6%)
ISCED II	168 (18,9%)	994 (24,9%)
ISCED III	208 (23,3%)	683 (17,1%)
ISCED IV	20 (2,2%)	303 (7,6%)
ISCED V	187 (21,0%)	1.148 (28,8%)
<b>Principal fonte de rendimento do agregado</b>		
Salário	603 (68,7%)	2.141 (57,2%)
Rendimento de autoemprego	13 (1,5%)	387 (10,3%)
Rendimento agrícola	2 (0,2%)	59 (1,6%)
Pensão	227 (25,9%)	934 (24,9%)
Benefícios sociais	20 (2,3%)	122 (3,3%)
Outra	13 (1,5%)	103 (2,7%)

A tabela 2 permite ter uma perceção sobre quais as características que os inquiridos nos dois

<sup>1</sup> O nível de habilitação escolar é apresentado com base na Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED) em que os níveis mais elevados correspondem a uma maior escolarização.

países privilegiam na sua conceção ideal de democracia. A análise dos dados permite constatar desde logo a importância atribuída ao funcionamento da justiça como a característica considerada mais importante do regime democrática (em Portugal  $M=9,57$ ;  $d.p.=1,20$  e em Espanha  $M=9,50$ ;  $d.p.=1,30$ ). São, igualmente, evidentes variações nas prioridades democráticas entre os cidadãos de Portugal e Espanha, revelando distintos enfoques nas áreas de diversidade política, proteção social, equidade económica, soberania nacional e expressão da vontade popular. Por exemplo, ao nível da proteção contra a pobreza e a redução das diferenças de rendimentos os portugueses revelam uma maior valorização da intervenção do estado quando comparados com os espanhóis. Já no que diz respeito à ênfase na expressão direta da vontade popular, constata-se que os inquiridos espanhóis dão mais importância à ideia de que a vontade das pessoas não pode ser travada ( $M=8,49$ ;  $d.p.=1,99$ ) em comparação com os portugueses ( $M=7,86$ ;  $d.p.=2,07$ ).

**Tabela 2 - Modo como são idealizadas as características da democracia**

Em que medida acha que é importante para a democracia em geral...	Portugal M*; (d.p)	Espanha M*; (d.p)
1...que as eleições legislativas sejam livres e justas?	9,35 (1,33)	9,46 (1,44)
2...que os diferentes partidos políticos apresentem alternativas claras entre si?	8,95 (1,57)	7,86 (2,33)
3...que a comunicação social seja livre para criticar o governo?	8,82 (1,75)	8,50 (2,17)
4...que os direitos das minorias sejam protegidos?	8,97 (1,57)	8,47 (2,11)
5...que os cidadãos tenham a última palavra nos assuntos políticos mais importantes votando diretamente sobre eles em referendos?	8,62 (1,71)	8,41 (2,07)
6...que os tribunais tratem todas as pessoas da mesma maneira?	9,57 (1,20)	9,50 (1,30)
7...que os partidos do governo sejam castigados nas eleições quando fazem um mau trabalho?	8,96 (1,60)	9,00 (1,77)
8...que o governo proteja todos os cidadãos da pobreza?	9,38 (1,23)	8,85 (1,84)
9...que o governo tome medidas para reduzir as diferenças nos níveis de rendimentos?	9,18 (1,42)	7,85 (2,59)
10... que as ideias das pessoas comuns tenham mais força do que as ideias da elite política?	7,95 (2,02)	7,63 (2,31)
11...que a vontade das pessoas não possa ser travada?	7,86 (2,07)	8,49 (1,99)
12...que as decisões mais importantes sejam tomadas pelos governos dos países e não pela União Europeia?	7,97 (1,97)	6,82 (2,38)

\* valor médio aferido numa escala de concordância variando entre 0 (nada importante) e 10 (extremamente importante)

Na tabela 3 são apresentados os resultados obtidos nas questões que incidiram sobre a avaliação que os inquiridos fazem do modo como diferentes características do modelo democrático são postos em prática no seu país. Os resultados indicam que, em ambos os países, há uma perceção de relativa eficácia das eleições (em Portugal  $M=8,05$  e em Espanha  $M=7,44$ ) e da liberdade da comunicação social (em Portugal  $M=7,15$  e em Espanha  $M=6,46$ ). Contudo, há uma insatisfação notável com a igualdade de tratamento nos tribunais (em Portugal  $M=3,01$  e em Espanha  $M=3,75$ ), a preponderância da influência das ideias da elite sobre a capacidade de influência das pessoas comuns (em Portugal  $M=3,14$  e em Espanha  $M=2,67$ ) e a eficácia das políticas de proteção social (em Portugal  $M=3,33$  e em Espanha  $M=4,19$ ).

**Tabela 3 - Modo como é avaliada a concretização das características da democracia**

	Portugal M*; (d.p)	Espanha M*; (d.p)
1 No seu país as eleições legislativas são livres e justas?	8,05 (2,13)	7,44 (2,70)
2 No seu país os diferentes partidos políticos apresentam alternativas claras entre si?	5,42 (2,26)	5,94 (2,69)
3 No seu país a comunicação social é livre para criticar o governo?	7,15 (2,33)	6,46 (3,14)
4 No seu país os direitos das minorias são protegidos?	5,11 (2,37)	5,50 (2,78)
5 No seu país os cidadãos têm a última palavra nos assuntos políticos mais importantes votando diretamente sobre eles em referendos?	4,43 (2,70)	4,13 (3,45)
6 No seu país os tribunais tratam todas as pessoas da mesma maneira?	3,01 (2,42)	3,75 (3,23)
7 No seu país os partidos do governo são castigados nas eleições quando fazem um mau trabalho?	3,74 (2,57)	4,88 (3,28)
8 No seu país o governo protege todos os cidadãos da pobreza?	3,33 (2,22)	4,19 (2,80)
9 No seu país o governo toma medidas para reduzir os diferenças nos níveis de rendimentos?	3,64 (2,18)	4,21 (2,76)
10 No seu país as ideias das pessoas comuns têm mais força do que as ideias da elite política?	3,14 (2,12)	2,67 (2,59)
11 No seu país a vontade das pessoas não pode ser travada?	4,59 (2,34)	4,49 (3,11)
12 No seu país as decisões mais importantes são tomadas pelo governo e não pela União Europeia?	5,26 (2,15)	5,50 (2,57)

\* valor médio aferido numa escala de concordância variando entre 0 (não se aplica nada) e 10 (aplica-se totalmente)

A análise comparativa das Tabelas 2 e 3 revela uma discrepância significativa entre as expectativas dos cidadãos e a perceção da realidade democrática em Portugal e Espanha. Ambas os países demonstram insatisfação com a concretização de características essenciais da democracia, destacando áreas críticas como igualdade nos tribunais, responsabilidade política e proteção social. Com base nas variáveis apresentadas nas tabelas 2 e 3 foram construídos oito índices referentes a diferentes características do conceito de democracia, designadamente: a componente liberal (no sentido da liberdade, de igualdade perante a lei e da separação e equilíbrio de poderes); a componente de proteção social; a componente de preponderância da vontade popular e a componente da participação direta dos cidadãos. Na tabela 4 são apresentadas as variáveis utilizadas na construção de cada um dos índices.

**Tabela 4 - Variáveis consideradas na elaboração dos índices de avaliação democrática**

Índice	Variáveis consideradas no índice	Alfa de Cronbach
Importância atribuída às características liberais idealizadas como necessárias a uma democracia	Variáveis do quadro 2: 1,2, 3, 4, 6,7 e 12	0,74
Perceção de como as características liberais são cumpridas no regime democrático do seu país	Variáveis do quadro 3: 1,2, 3, 4, 6,7 e 12	0,77
Importância atribuída às características de proteção social idealizadas como necessárias a uma democracia	Variáveis do quadro 2: 8 e 9	0,72
Perceção de como as características de proteção social são cumpridas no regime democrático do seu país	Variáveis do quadro 3: 8 e 9	0,84

Importância atribuída às características de sujeição à vontade popular idealizadas como necessárias a uma democracia	Variáveis do quadro 2: 10 e 11	0,64
Perceção de como as características da sujeição à vontade popular são cumpridas no regime democrático do seu país	Variáveis do quadro 3: 10 e 11	0,65
Importância atribuída à participação direta dos cidadãos idealizada como necessária a uma democracia	Variável do quadro 2: 5	-
Perceção de como a participação direta dos cidadãos é cumprida no regime democrático do seu país	Variável do quadro 3: 5	-

Os resultados (cf. tabela 5) obtidos em cada um dos índices confirmam o destaque atribuído à proteção social, ainda que com maior importância atribuída em Portugal (M=9,28) quando comparado com Espanha (M=8,35). As características liberais do regime democrático são também destacadas em ambos os países (em Portugal, M=8,97; em Espanha M=8,53).

No que diz respeito ao hiato entre a importância atribuída às diferentes características da democracia e a perceção da sua concretização no seu país, observamos que em Espanha se destaca a afirmação da vontade popular como a característica onde a diferença se manifesta como mais expressiva. Em Portugal é na dimensão da proteção social que a diferença mais sobressai. Estes resultados indicam uma discrepância significativa entre as expectativas idealizadas dos cidadãos e a sua perceção da realidade democrática em Portugal e Espanha. As pontuações idealizadas são elevadas, refletindo aspirações de justiça social, igualdade e uma democracia participativa, enquanto as perceções reais são substancialmente mais baixas, sugerindo desilusão com a implementação prática desses ideais.

**Tabela 5 - Avaliação das diferentes dimensões da democracia**

	<b>Portugal</b> <b>M* (d.p)</b>	<b>Espanha</b> <b>M* (d.p)</b>
Características liberais		
Idealizado	8,97 (1,04)	8,53 (1,21)
Percecionado	5,40 (1,45)	5,66 (1,90)
Características relacionadas com a proteção social		
Idealizado	9,28 (1,19)	8,35 (1,97)
Percecionado	3,48 (2,04)	4,19 (2,58)
Características relacionadas com a vontade popular		
Idealizado	7,91 (1,84)	8,07 (1,84)
Percecionado	3,84 (1,89)	3,57 (2,47)
Características relacionadas com a participação direta dos cidadãos		
Idealizado	8,62 (1,72)	8,41 (2,07)
Percecionado	4,43 (2,70)	4,13 (3,45)

A Tabela 6 oferece uma visão detalhada das perceções e avaliações idealizadas das diferentes dimensões da democracia por sexo em Portugal e Espanha. Em ambos os países, as mulheres tendem a ter expectativas mais altas em relação às diferentes dimensões da democracia. No entanto, as perceções da realidade democrática das mulheres são frequentemente mais críticas do que as dos homens, sugerindo uma maior desilusão com a implementação prática desses ideais. Em geral, as diferenças de género são mais acentuadas em Portugal do que em Espanha, tanto nas avaliações idealizadas quanto nas perceções reais. Espanha apresenta uma maior uniformidade nas perceções de homens e mulheres, embora também existam diferenças assinaláveis.



**Tabela 6 - Avaliação das diferentes dimensões da democracia por sexo**

	Portugal		Espanha	
	Homens M*; (d.p)	Mulheres M*; (d.p)	Homens M*; (d.p)	Mulheres M*; (d.p)
<b>Características liberais</b>				
Idealizado	8,90 (1,08)	9,04 (1,00)	8,55 (1,19)	8,56 (1,23)
Percecionado	5,50 (1,48)	5,30 (1,41)	5,70 (1,89)	5,61 (1,90)
<b>Características relacionadas com a proteção social</b>				
Idealizado	9,16 (1,29)	9,38 (1,07)	8,16 (2,08)	8,53 (1,85)
Percecionado	3,69 (1,97)	3,30 (2,08)	4,16 (2,51)	4,21 (2,64)
<b>Características relacionadas com a vontade popular</b>				
Idealizado	7,74 (1,81)	8,07 (1,84)	7,98 (1,86)	8,15 (1,81)
Percecionado	3,97 (1,91)	3,71 (1,86)	3,50 (2,43)	3,63 (2,50)
<b>Características relacionadas com a participação direta dos cidadãos</b>				
Idealizado	8,45 (1,81)	8,79 (1,60)	8,32 (2,17)	8,50 (1,97)
Percecionado	4,55 (2,75)	4,33 (2,64)	3,92 (3,49)	4,34 (3,39)

A Tabela 7 apresenta as avaliações das diferentes dimensões da democracia por jovens e idosos<sup>2</sup> em Portugal e Espanha. Em ambos os países, verifica-se o hiato, já identificado anteriormente, entre as avaliações idealizadas e as perceções reais em todas as dimensões, sendo mais pronunciado em Portugal, especialmente entre os idosos.

Há, no entanto, uma tendência contrastante entre os dois países. Em Portugal, os jovens tendem a ter perceções da realidade democrática do seu país mais positivas em todas as dimensões comparadas aos idosos, apesar de terem avaliações idealizadas ligeiramente inferiores. Em Espanha, os idosos têm avaliações idealizadas e perceções reais mais positivas em todas as dimensões, indicando uma maior satisfação com a implementação prática dos ideais democráticos.

**Tabela 7 - Avaliação das diferentes dimensões da democracia por grupo etário**

	Portugal		Espanha	
	Jovens M*; (d.p)	Idosos M*; (d.p)	Jovens M*; (d.p)	Idosos M*; (d.p)
<b>Características liberais</b>				
Idealizado	8,77 (1,20)	8,94 (1,07)	8,15 (1,34)	8,73 (1,10)
Percecionado	5,59 (1,51)	5,34 (1,07)	5,20 (1,75)	6,26 (1,77)
<b>Características relacionadas com a proteção social</b>				
Idealizado	9,19 (1,35)	9,29 (1,18)	7,84 (2,19)	8,70 (1,71)
Percecionado	3,90 (2,10)	3,47 (1,94)	3,88 (2,38)	4,60 (2,60)
<b>Características relacionadas com a vontade popular</b>				
Idealizado	7,86 (1,80)	7,96 (1,80)	7,53 (1,99)	8,31 (1,72)
Percecionado	4,27 (1,84)	3,87 (1,89)	3,71 (2,35)	4,00 (2,62)
<b>Características relacionadas com a participação direta dos cidadãos</b>				
Idealizado	8,57 (1,76)	8,56 (1,78)	7,93 (2,27)	8,66 (1,99)
Percecionado	4,81 (2,77)	4,50 (2,66)	3,56 (2,96)	5,11 (3,76)

<sup>2</sup> Para efeitos desta análise consideraram-se jovens os inquiridos com idade inferior a 30 anos e idosos os inquiridos com idade superior a 64 anos.

## 4. Discussão

Os resultados aqui apresentados revelam diferenças e similitudes nas prioridades democráticas entre os cidadãos de Portugal e Espanha. Em ambos os países, a justiça é considerada a característica mais importante para a democracia, a unanimidade na importância atribuída ao funcionamento da justiça (Portugal  $M=9,57$ ;  $d.p.=1,20$  e Espanha  $M=9,50$ ;  $d.p.=1,30$ ) indica que tanto portugueses quanto espanhóis encaram a justiça como um pilar essencial da democracia. Esta prioridade sugere que a equidade no tratamento judicial é um fundamento crucial para a confiança no sistema democrático. Contudo, os baixos índices de satisfação com a igualdade de tratamento nos tribunais (Portugal  $M=3,01$ ; Espanha  $M=3,75$ ) apontam para uma lacuna entre a expectativa e a realidade, evidenciando uma área crítica para reformas.

A importância da justiça no fortalecimento da democracia é amplamente corroborada pela literatura. Segundo Hough et al. (2013), a confiança na justiça e a legitimidade das autoridades legais são fatores cruciais para a aceitação e cooperação pública com o sistema legal. A confiança nas instituições judiciais está diretamente relacionada com a percepção de equidade e justiça nos procedimentos adotados. A confiança no funcionamento da justiça não é apenas uma questão de eficiência operacional, mas também de como essas instituições são percebidas em termos de justiça procedimental (Hough et al., 2013). Magalhães y Garoupa (2023) destacam que a independência judicial é uma componente vital para a manutenção da confiança pública nos tribunais. A percepção pública de interferência política no sistema judicial, tende a minar a confiança dos cidadãos na justiça, especialmente entre aqueles que são ideologicamente distantes do governo em questão. Adicionalmente, Jackson et al. (2011) afirmam que a confiança pública e a legitimidade institucional são essenciais para sustentar e justificar as instituições sociais e políticas na Europa. A legitimidade das instituições judiciais é construída não apenas através da eficiência e eficácia, mas também pela percepção pública de que estas atuam de forma justa, conforme os padrões aceites de justiça e responsabilidade democrática. A análise realizada sugere que para melhorar a satisfação com a justiça em Portugal e Espanha, é essencial abordar a percepção pública de desigualdade no tratamento judicial. Reformas que promovam o aprofundamento da transparência, da equidade procedimental e da independência judicial são fundamentais para reforçar a confiança e garantir que o sistema judicial seja percebido como legítimo e justo. A atenção a essas áreas pode ajudar a fechar a hiato entre as altas expectativas da justiça como um pilar democrático e a realidade percebida de tratamento desigual nos tribunais.

No que toca às diferenças entre os dois países relativamente à valorização das características da democracia, foi-nos possível descortinar que os portugueses valorizam mais a proteção social e a redução das diferenças de rendimentos, enquanto os espanhóis destacam a importância da expressão direta da vontade popular. Estas variações refletem contextos sociais, económicos, históricos e culturais distintos que moldam as percepções e expectativas democráticas em cada país.

Em Portugal o estado social, como detalhado por Ferreira et al. (2016), mantém uma natureza bismarckiana que coexistiu com a ampliação significativa da cobertura e intensidade das proteções oferecidas. Este sistema previdencial, ainda que baseado numa matriz ocupacional, articulou-se com uma rede de mínimos Beveridgeana, fundamentada em direitos universais de cidadania. Ainda assim, apesar de inegável existência de um estado-providência em Portugal que cumpre, em parte, os seus desígnios universalistas, o investimento público em domínios sociais continua a ser insuficiente (Madureira, 2020). Em Espanha a importância atribuída à expressão direta da vontade popular parece indiciar uma crítica à incapacidade da democracia liberal em traduzir os anseios populares em ações concretas. Abrem-se, assim,

portas à recusa de formas mediadas de exercício do poder, como o parlamentarismo, a favor de formas mais diretas de exercício da vontade popular. Esta tendência pode representar uma oportunidade ao fortalecimento do populismo dado que, como nota Bellolio (2020), este prioriza a vontade, geralmente putativa, do povo e procura eliminar os contrapesos que protegem os direitos individuais e das minorias.

Uma tônica em comum, registada em Portugal e Espanha, é a tendência para uma discrepância profunda entre as expectativas idealizadas e as perceções da realidade democrática. Os resultados obtidos apontam para a existência de um sentimento geral de expectativas goradas relativamente ao cumprimento do processo democrático. A transição para a democracia em ambos os países ocorreu aproximadamente no mesmo período, emergindo de processos de rutura com regimes autoritários que partilhavam características comparáveis, incluindo a ausência de liberdade política e de expressão. Nos últimos anos tem ganhado expressão a desilusão com os partidos tradicionais devido a vários escândalos de corrupção contribuindo para a dificuldade dos sistemas democráticos em manter a sua legitimidade (Manucci, 2020). Este contexto é crucial para entender o crescimento de novos movimentos e partidos políticos que desafiam o *status quo* em ambos os países.

A análise das perceções democráticas por género e grupo etário revela nuances. Em ambos os países, as mulheres tendem a ter expectativas mais altas em relação às diferentes dimensões da democracia, mas também são mais críticas quanto à implementação prática desses ideais. O trabalho de Hansen y Goenaga (2021) já havia identificado diferenças de género nas conceções de democracia, destacando que as mulheres atribuem maior importância a aspetos da democracia menos propensos a reproduzir desigualdades de género, como a participação direta, a justificação pública das decisões governamentais e a proteção dos direitos sociais. Quanto aos grupos etários, observa-se que em Portugal os jovens têm perceções mais positivas da realidade democrática comparadas aos idosos, enquanto em Espanha os idosos são mais otimistas tanto nas avaliações idealizadas como nas perceções da realidade. Em Portugal, os idosos evidenciam uma maior expectativa relativamente aos diferentes atributos da democrática, quando comparados com os jovens. Já no que diz respeito ao modo como avaliam a realidade democrática são os idosos a apresentar um maior descontentamento com a sua concretização. Em Espanha a situação difere no que diz respeito aos modos como os grupos etários avaliam a aplicação dos princípios democráticos no país, sendo os jovens a apresentar um maior nível de descontentamento.

O descontentamento manifestado pelos jovens espanhóis alinha-se com as preocupações sobre a "erosão democrática" ou "desconsolidação democrática" identificada em diferentes investigações. Trata-se de uma tendência que se reporta a mudanças negativas em democracias estabelecidas, onde um número considerável de cidadãos começa a perder a crença nos valores democráticos, atraindo-se por alternativas autoritárias e votando em partidos ou movimentos "antissistema" (Kwak et al., 2020). Este é um fenómeno que parece ser particularmente incisivo entre os jovens, Foa y Mounk (2016, 2017) argumentam que o apoio decrescente dos jovens à democracia pode ser um indicador de futuras desconsolidações democráticas. Em contextos como o espanhol, essa insatisfação juvenil traduz-se num maior apoio a partidos e movimentos políticos extremos, que desafiam as normas democráticas tradicionais.

## 5. Conclusiones

Os resultados deste estudo podem contribuir para a definição de políticas públicas que visem reduzir as discrepâncias entre as expectativas dos cidadãos relativamente à democracia e a forma como percebem a realidade democrática. Os resultados parecem tornar evidente que, tanto em Portugal como em Espanha, há uma necessidade de reformas promovam uma melhor perceção pública da equidade no sistema judicial. A justiça é percebida como um pilar essencial da democracia, mas os baixos índices de satisfação com a igualdade de tratamento nos tribunais destacam uma área crítica que precisa ser abordada. Melhorar a transparência, a equidade procedimental e a independência judicial são medidas fundamentais para reforçar a confiança pública.

Além disso, as políticas de proteção social precisam ser fortalecidas, especialmente em Portugal, onde a valorização da proteção social e a redução das diferenças de rendimentos são prioritárias para os cidadãos. A insuficiência de investimento público em domínios sociais continua a ser uma preocupação, indicando a necessidade de uma alocação de recursos mais eficaz para cumprir os objetivos universalistas do estado-providência.

Em Espanha, a valorização da expressão direta da vontade popular sugere uma insatisfação com a democracia liberal e uma possibilidade de abertura a formas mais diretas de exercício do poder. Este fenómeno pode ser uma oportunidade para reforçar práticas democráticas participativas, mas também representa um risco de fortalecimento do populismo, que pode minar os contrapesos necessários para proteger os direitos individuais e das minorias. Portanto, é crucial equilibrar a expressão direta da vontade popular com mecanismos de responsabilidade e transparência.

As diferenças nas perceções democráticas por género e grupo etário destacam a necessidade de abordagens diferenciadas nas políticas públicas. As mulheres, em ambos os países, têm expectativas mais altas em relação às dimensões da democracia e são mais críticas quanto à sua implementação. Assim, é importante integrar perspetivas de género na formulação de políticas para garantir que estas atendam às preocupações específicas das mulheres e promovam a igualdade de género.

Os jovens portugueses têm perceções mais positivas da realidade democrática comparadas aos idosos, enquanto em Espanha os jovens manifestam maior descontentamento. Este descontentamento juvenil em Espanha alinha-se com preocupações sobre a erosão democrática e a atração por alternativas autoritárias. Políticas que fomentem a inclusão dos jovens nos processos democráticos e atendam às suas preocupações específicas podem ajudar a mitigar este risco.

Em conclusão, os resultados deste estudo apontam para a necessidade de um compromisso contínuo com reformas que melhorem a equidade e a transparência no sistema judicial, fortaleçam as políticas de proteção social e promovam a inclusão e a responsabilidade política. Estas medidas são essenciais para restaurar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e para garantir que a democracia atenda às expectativas e necessidades de todos os seus cidadãos.

## 6. Referências

- Bellolio, C. (2020). Populismo como democracia iliberal: Una hipótesis sobre el estallido social chileno. *Revista de Sociología*, 35(1), 43-55. <http://doi.org/10.5354/0719-529X.2020.58106>
- Boulianne, S. (2020). Twenty years of digital media effects on civic and political participation. *Communication research*, 47(7), 947-966. <https://doi.org/10.1177/0093650218808186>
- Dalton, R. (2004) *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford University Press.
- Diamond, L. (2015). Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy*, 26(1), 141-155. <https://doi.org/10.1353/jod.2015.0009>
- European Social Survey European Research Infrastructure (ESS ERIC) (2023) ESS round 10 - 2020. Democracy, Digital social contacts. Sikt - Norwegian Agency for Shared Services in Education and Research. <https://doi.org/10.21338/NSD-ESS10-2020>.
- Fernandes, T., Araújo, C., Santos, I. G., & Romanos, E. (2021). Ciclos de protesto e democracia: uma comparação entre Portugal e Espanha, 2000-2019. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 97, 9-33. <https://doi.org/10.7458/SPP20219724909>
- Ferreira, A., Carolo, D., Pereira, M., & Silva, P. (2016). Fundamentos constitucionais da proteção social: continuidades e ruturas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Número Especial, 71-97. <https://doi.org/10.7458/SPP2016NE10351>
- Foa, R., & Mounk, Y. (2016). The danger of deconsolidation: The democratic disconnect. *Journal of Democracy*, 27(3), 5-17. <https://doi.org/10.1353/jod.2016.0049>
- Foa R., & Mounk Y. (2017). The signs of deconsolidation. *Journal of Democracy*, 28(1), 5-16. <https://doi.org/10.1353/jod.2017.0000>
- Fukuyama F. (2022). *Liberalism and its discontents*. Straus and Giroux.
- Hansen, M., & Goenaga, A. (2021). Gender and democratic attitudes: Do women and men prioritize different democratic institutions? *Politics & Gender*, 17(1), 23-52. <https://doi.org/10.1017/S1743923X19000473>
- Henn, M., Sloam, J., & Nunes, A. (2022). Young cosmopolitans and environmental politics: How postmaterialist values inform and shape youth engagement in environmental politics. *Journal of Youth Studies*, 25(6), 709-729. <https://doi.org/10.1080/13676261.2021.1994131>
- Hough, M., Jackson, J., & Bradford, B. (2013). Trust in justice and the legitimacy of legal authorities: topline findings from a European comparative study. En S. Body-Gendrot, M. Hough, K. Kerezi, R. Lévy, S. Snacken (Eds.). *The Routledge handbook of European criminology* (pp. 243-265). Routledge.
- Jackson, J., Bradford, B., Hough, M., Kuha, J., Stares, S., Widdop, S., Fitzgerald, R., Yordanova, M., & Galev, T. (2011). Developing European indicators of trust in justice. *European journal of criminology*, 8(4), 267-285. <https://doi.org/10.1177/1477370811411458>

- König, P., Siewert, M., & Ackermann, K. (2022). Conceptualizing and measuring citizens' preferences for democracy: Taking stock of three decades of research in a fragmented field. *Comparative Political Studies*, 55(12), 2015-2049. <https://doi.org/10.1177/00104140211066213>
- Kwak, J., Tomescu-Dubrow, I., Slomczynski, K., & Dubrow, J. (2020). Youth, institutional trust, and democratic backsliding. *American Behavioral Scientist*, 64(9), 1366-1390. <https://doi.org/10.1177/0002764220941222>
- Little, A., & Meng, A. (2023). Measuring democratic backsliding. *PS: Political Science & Politics*, 57(2), 149-161. <https://doi.org/10.1017/S104909652300063X>
- Lopez, M., & Dubrow, J. (2020). Politics and inequality in comparative perspective: A research agenda. *American behavioral scientist*, 64(9), 1199-1210. <https://doi.org/10.1177/0002764220941234>
- López-Rodríguez, A., González-Gómez, Á., & González-Quinzán, S. (2021). Populismo punitivo y extrema derecha en el espacio ibérico. *Universitas-XXI, Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, 35, 103-126. <https://doi.org/10.17163/uni.n35.2021.05>
- Madureira, C. (2020). A reforma da administração pública e a evolução do estado-providência em Portugal: história recente. *Ler História*, 76, 179-202. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.6408>
- Maduro, & Botelho, C. (2021). A Democracia Portuguesa em Tempos de Pandemia. En M. Maduro y P. Kahn (Eds.). *Democracia em Tempos de Pandemia* (pp. 163-182). Princípiã.
- Magalhães, P., & Garoupa, N. (2023). Populist governments, judicial independence, and public trust in the courts. *Journal of European Public Policy*, 1-27. <https://doi.org/10.1080/13501763.2023.2235386>
- Manucci, L. (2020). A sombra do passado autoritário na Península Ibérica: os fracassos e o sucesso dos partidos populistas de direita radical. *Relações Internacionais*, 67, 41-56. <https://doi.org/10.23906/ri2020.67a04>
- Montero, R., & Torcal, M. (2006). *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions and Politics*. Routledge.
- Moreira, M. (2023). Democracias em crise: um balanço bibliográfico de um debate da teoria política contemporânea. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 99.
- Pinto, A. (2021). *O regresso das ditaduras?*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Reis, J. (2010). Duas economias singulares: Portugal e Espanha, uma vizinhança contingente. *Revista de História das Ideias*, 31, 1-16.
- Theocharis, Y., & Van Deth, J. (2017). *Political participation in a changing world: Conceptual and empirical challenges in the study of citizen engagement*. Routledge.

**AUTOR:****António Geraldo Manso Calha**

CARE - Centro de Investigação em Saúde e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Portalegre.

António Calha é Professor Adjunto no Instituto Politécnico de Portalegre. Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (1998) e Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2016). É Coordenador do Curso Técnico Superior Profissional Intervenção Social e Comunitária e Coordenador Adjunto do Departamento de Ciências Sociais, Território e Desenvolvimento da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Atualmente é Investigador integrado do CARE: Centro de Investigação em Saúde e Ciências Sociais. Tem desenvolvido investigação nas áreas da educação, saúde e envelhecimento tendo publicado vários artigos em revistas de referência, indexadas nas principais bases de dados bibliográficos. Colabora regularmente com várias revistas internacionais na qualidade de revisor científico.

[antoniocalha@ippportalegre.pt](mailto:antoniocalha@ippportalegre.pt)

**Orcid ID:** <https://orcid.org/0000-0002-8883-5082>

**Scopus ID:** <https://www.scopus.com/authid/detail.uri?authorId=56692865700>

**Google Scholar:** <https://scholar.google.pt/citations?user=cE5w9RMAAAAJ&hl=pt-PT>

**ResearchGate:** <https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Calha-2>

**Academia.edu:** <https://ippportalegre.academia.edu/AntonioCalha>